

# 18º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE

## DIREITO CIVIL

- 1) Cessa, para os menores, a incapacidade:
- (A) pela concessão da mãe, mediante autorização por escrito;
  - (B) pela colação de grau no ensino fundamental;
  - (C) pelo exercício de emprego na condição de aprendiz;
  - (D) aos dezoito anos completos;
  - (E) aos dezesseis anos completos.
- 2) Em relação aos direitos inerentes à personalidade, pode-se dizer que:
- (A) são renunciáveis;
  - (B) em se tratando de morto, qualquer pessoa tem legitimação para postular medida que cesse ameaça à lesão de tal direito;
  - (C) teve sua consagração no texto da Constituição da República rejeitada pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988;
  - (D) exclui o direito ao pseudônimo;
  - (E) abrange o direito ao nome.
- 3) São pessoas jurídicas de direito privado de acordo com o Novo Código Civil:
- (A) as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos;
  - (B) as associações, as sociedades, as fundações, as autarquias, os partidos políticos;
  - (C) as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os entes políticos;
  - (D) a União, os Estados, os Municípios;
  - (E) os Estados estrangeiros.
- 4) Sobre a simulação no novo Código Civil, é correto afirmar que:
- (A) Decorre da prática de atos legais, mas com a finalidade de prejudicar um dos sujeitos do negócio jurídico ou, ao menos, frustrar a aplicação de determinada regra jurídica.
  - (B) Passou a ser regulada apenas nas relações de consumo, quando o fornecedor promover propaganda enganosa de seus produtos ou serviços.
  - (C) É o artifício ou expediente astucioso, empregado para induzir alguém à prática de um ato jurídico, que o prejudica.
  - (D) Foi excluída do novo Código Civil, não sendo causa de inexistência nem nulidade e, tampouco, de anulação do negócio jurídico.
  - (E) Não se trata de hipótese de anulação, como no Código anterior, mas sim de nulidade do negócio jurídico.
- 5) À luz das normas legais que regem o instituto da prescrição dispostas pelo Código Civil vigente, assinale a afirmativa correta:
- (A) o protesto cambial não interrompe a prescrição;
  - (B) a prescrição consiste na extinção do direito subjetivo;
  - (C) os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes;
  - (D) a prescrição corre entre os cônjuges na constância da relação conjugal;
  - (E) a prescrição não se submete a causas de suspensão, sofrendo interferência apenas das causas de interrupção.

6) José, na qualidade de credor, visando por fim a uma obrigação pactuada com Carlos, aceita receber do devedor (Carlos) um objeto diverso daquele estabelecido no instrumento obrigacional, e, assim, procedendo, realizou uma:

- (A) compra e venda;
- (B) doação;
- (C) novação subjetiva passiva;
- (D) dação em pagamento;
- (E) assunção de dívida.

7) As pessoas jurídicas:

- (A) podem sofrer dano moral;
- (B) podem ser responsabilizadas penalmente nos atos praticados contra a ordem social;
- (C) podem se eximir de responsabilidade pelos atos cometidos por seus prepostos em caso de culpa leve;
- (D) podem alegar culpa *in eligendo* ou *in vigilando* para se eximirem de responsabilidade;
- (E) podem celebrar o matrimônio.

8) A respeito da classificação feita pelo vigente Código Civil entre bens públicos e privados, tem-se que:

- (A) são privados os bens pertencentes a empresas públicas;
- (B) são insuscetíveis de alienação os bens públicos dominicais;
- (C) são imprescritíveis os bens pertencentes a sociedades de economia mista;
- (D) são insuscetíveis de desapropriação os bens públicos;
- (E) são insuscetíveis de desapropriação os bens privados.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

9) Constitui competência exclusiva dos Municípios:

- (A) fomentar a produção agropecuária;
- (B) legislar sobre assuntos de interesse local;
- (C) legislar sobre produção e consumo;
- (D) promover programas de construção de moradias;
- (E) cuidar da saúde e da assistência pública.

10) Assinale a afirmativa correta:

- (A) Os Estados poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (B) Conforme o texto da Constituição da República de 1988, apenas os Municípios poderão instituir taxa para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (C) Aos Municípios é vedado aumentar tributo sem decreto que o estabeleça.
- (D) A Constituição da República de 1988 consagra a possibilidade de instituição de isenção heterônoma.
- (E) Compete exclusivamente à União a instituição de empréstimos compulsórios.

11) Dentre os instrumentos jurídicos constitucionalmente admitidos para execução da política urbana encontra-se:

- (A) o confisco;
- (B) a desapropriação indireta;
- (C) a aquisição de imóveis públicos por usucapião;
- (D) a edificação compulsória;
- (E) a requisição de propriedade particular.

12) Analise cada item abaixo e responda:

I) Historicamente os direitos que hoje se conhecem como direitos fundamentais surgiram como limitações à ingerência abusiva do Estado na esfera da vida individual; esses direitos, essencialmente ligados à defesa da liberdade, são os que atualmente se denominam direitos de primeira geração.

II) O princípio constitucional da igualdade positivado no art. 5º caput e inciso I da Constituição da República não veda que a lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupos sociais, de sexo, de profissão, de idade, entre outras. Não se admite é que o parâmetro diferenciador seja arbitrário e desprovido de razoabilidade.

III) Se determinada competência tributária não estiver arrolada entre aquelas expressamente conferidas à União pela Constituição, dever-se-á concluir que ela toca aos estados-membros e ao Distrito Federal, uma vez que, na técnica brasileira de repartição de competências, as chamadas competências remanescentes cabem ao estado-membro.

IV) Os vereadores possuem imunidade material ou inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato, além de imunidade formal ou processual, sendo processados e julgados, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

- (A) As afirmativas II e IV são falsas.
- (B) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- (C) As afirmativas I, III e IV são falsas.
- (D) As afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (E) Todas as afirmativas são falsas.

13) Compete privativamente à União legislar sobre:

- (A) direito agrário;
- (B) direito financeiro;
- (C) direito tributário;
- (D) direito urbanístico;
- (E) direito administrativo.

14) Quanto ao poder constituinte derivado, podemos afirmar que:

- (A) tem como principais características ser secundário, autônomo, incondicionado e limitado;
- (B) o exercício do poder constituinte decorrente se dá de forma ilimitada, diante da autonomia conferida aos estados-membros no sistema federativo brasileiro;
- (C) pode ser dividido em poder constituinte reformador, sendo este o poder de modificar a Constituição da República e, no poder constituinte decorrente, poder de instituir a constituição estadual;
- (D) no que tange à Constituição Federal, possui apenas limitações materiais e circunstanciais;
- (E) tem a função de regulamentar o texto constitucional, não sendo lícito afirmar que poderá modificá-lo.

15) Em relação ao controle de constitucionalidade das leis e atos normativos, assinale a resposta correta:

- (A) Os legitimados ativos da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade são idênticos.
- (B) As Constituições estaduais podem instituir representações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição da República.
- (C) A Assembléia Legislativa e o partido político com representação no Congresso Nacional possuem legitimidade ativa para propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) Qualquer cidadão pode propor Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- (E) É exigida comprovação de pertinência temática para todos os legitimados para propositura da ação direta de inconstitucionalidade.

16) Assinale a resposta correta:

- (A) O Ministério Público possui legitimidade ativa para propor ação popular.
- (B) O Supremo Tribunal Federal admite que a inconstitucionalidade de determinada lei seja argüida como questão prejudicial em sede de ação civil pública.
- (C) As denominadas normas constitucionais de eficácia plena podem ser objeto de mandado de injunção.
- (D) É admissível Mandado de segurança contra lei em tese.
- (E) O *habeas data* é o remédio constitucional que visa a assegurar o conhecimento de informações relativas a terceiros, constantes dos bancos de dados das entidades governamentais ou privadas.

### **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

17) Durante o período de recesso forense da Justiça Estadual:

- (A) os prazos processuais, em regra, se interrompem;
- (B) os prazos processuais, em regra, se suspendem;
- (C) os prazos processuais, em regra, permanecem correndo;
- (D) a Justiça Estadual interrompe completamente seu funcionamento;
- (E) os casos urgentes aguardam o fim do recesso para serem examinados.

18) Conforme o ordenamento processual pátrio, é INCORRETO afirmar que:

- (A) as ações ajuizadas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios e respectivas autarquias são dispensadas de preparo;
- (B) procedimento não se confunde com processo, sendo o primeiro apenas a forma de exteriorização e materialização do segundo;
- (C) o Ministério Público tem legitimidade de recorrer nos processos nos quais é parte e naqueles que funciona como fiscal da lei;
- (D) o chamamento ao processo do devedor é possível na ação em que o fiador for réu;
- (E) a confissão do réu referente a determinado fato relevante ao processo equivale ao reconhecimento da procedência do pedido.

19) É correto afirmar:

- (A) A competência em razão da matéria pode ser modificada por convenção das partes.
- (B) A incompetência relativa e a absoluta devem ser alegadas necessariamente por meio de exceção.
- (C) É admissível a alegação de incompetência relativa a qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (D) Declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão declarados nulos, remetendo-se os autos o juiz competente.
- (E) A competência em razão do território não pode ser modificada em razão da conexão.

20) No que toca à Fazenda Pública em juízo, pode-se afirmar que:

- (A) a preclusão lógica opera de maneira idêntica tanto para o particular quanto para o ente público em juízo;
- (B) a revelia do Ente Público sempre induz a que se repute verdadeiros os fatos não contestados, inobstante os interesses indisponíveis em jogo;
- (C) a sentença que condena o Ente Público transita em julgado pelo transcurso *in albis* do prazo para interposição do recurso de apelação, em qualquer hipótese;
- (D) a capacidade postulatória do Advogado Público é comprovada somente por instrumento de procuração;
- (E) considerados os interesses indisponíveis em jogo, pode o próprio juízo emendar de ofício a inicial do Ente Público.

## **PROVA DISSERTATIVA**

### **RESPONDER ÀS QUESTÕES EM 10 (DEZ) LINHAS NO MÁXIMO**

#### **DIREITO CIVIL**

##### **1ª Questão (20 pontos):**

Disserte sobre dois dos princípios fundamentais incorporados pelo Novo Código Civil.

##### **2ª Questão (20 pontos):**

João dirigia seu veículo em determinada rua, inteiramente localizada no Município do Rio de Janeiro, quando foi surpreendido por um maltrapilho que, ao atravessar a rua, arremessou determinado objeto contra o seu veículo. Em consequência das avarias sofridas pelo veículo, João propõe ação indenizatória em face do Município. Sob o prisma da responsabilidade civil, analise a tese defensiva que poderá ser suscitada pela Edilidade.

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

##### **3ª Questão (20 pontos):**

A Câmara de Vereadores aprovou lei, de iniciativa do Vereador Chico Silva, aumentando o salário dos servidores administrativos do Município do Rio de Janeiro, por se encontrar defasado. O Sr. Prefeito, alegando impacto orçamentário quando da vigência da presente lei, consulta o Procurador-Geral, questionando da existência de algum mecanismo jurídico cabível para a impugnação da referida norma legal. Qual deve ser a orientação jurídica a ser prestada no presente caso?

##### **4ª Questão (20 pontos):**

Discorra sobre a admissibilidade dos denominados regulamentos autônomos no ordenamento constitucional brasileiro vigente.

#### **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

##### **5ª Questão (20 pontos):**

Discorra sobre as denominadas “condições para o regular exercício do direito de ação” no direito processual brasileiro.

**GABARITO PROVA OBJETIVA**

01 – D	11 – D
02 – E	12 – B
03 – A	13 – A
04 – E	14 – C
05 – C	15 – C
06 – D	16 – B
07 – A	17 – B
08 – A	18 – E
09 – B	19 – D
10 – E	20 – A